



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0019297-37.2006.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Requerente: **Márcia de Araujo Bois**
 Requerido: **Fazenda Estadual**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de embargos de terceiro propostos por **MÁRCIA DE ARAUJO BOIS** contra a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, voltando-se contra a penhora de 50% do imóvel objeto da matrícula 29.350 do 2º CRI de Santos (fls. 54/55 dos autos da execução fiscal), efetivada em junho/2005, no curso da execução fiscal (fls. 186 dos autos da execução), sob o fundamento de que é ex esposa de José Eduardo da Silveira Franco, sócio da pessoa jurídica Oxi Palulista Distribuidora de Gases e Equipamento Industriais Ltda, sendo que somente ele e a pessoa jurídica ocupam o polo passivo da execução e a totalidade do imóvel lhe coube na partilha efetivada no divórcio judicial, estando de boa-fé, pois estava separada de fato desde julho/1992, muito antes do ajuizamento da execução fiscal, e o divórcio ocorreu antes da penhora. Sob tais fundamentos, requer a desconstituição da penhora.

A embargada contestou a ação (fls. 38/53). Aduz que a partilha de bens efetivada no divórcio se deu em fraude à execução, contra os interesses legítimos da fazenda; que a dívida beneficiou o casal; que a ausência de pagamento do tributo elevou o patrimônio da empresa, sendo ônus da embargante comprovar o contrário.

Foi ouvido como informante o irmão da embargante (fls. 108).

É o relatório.

DE C I D O.

0019297-37.2006.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

O pedido não merece acolhimento.

Registre-se que foram penhorados apenas 50% do imóvel, já tendo sido resguardada a meação da embargante.

A execução foi distribuída em 23/09/02 e o sócio gerente, ex marido da embargante, citado em 14 de maio de 2004, tendo o divórcio do casal ocorrido em 21 de maio de 2004, portanto, uma semana após.

No acordo do divórcio o executado ficou somente com as cotas sociais da empresa, de nenhum valor, já que ela encerrou as atividades.

O bem imóvel ora reivindicado ficou, em sua totalidade, para a embargante e o outro imóvel do casal foi doado às filhas, com usufruto para o executado.

Não há outros bens livres e desembarçados para garantir a execução.

Diante deste contexto, forçoso reconhecer a fraude à execução, quanto à partilha dos bens, sendo irrelevante a alegação de que a embargante já estava separada de fato desde 1992, fato corroborado apenas por seu irmão (fls. 108), já que não foi penhorada a integralidade do bem.

Ademais, trata-se de execução manejada pela Fazenda Pública e, nesta situação, é inaplicável a Súmula 375 do STJ, matéria já decidida em sede de recurso repetitivo (art. 543-C do CPC), pelo Colendo STJ (REsp nº 1.141.990/PR), sendo irrelevante a questão da boa ou má-fé do adquirente (Apelação nº 0102077-31.2010.8.26.0651 - Valparaíso - VOTO Nº 4469 2/7, de 5 de fevereiro de 2013).

Conforme já registrado, a partilha ocorreu após o ajuizamento da execução e citação do executado não havendo prova concreta de patrimônio suficiente da devedora para suportar a dívida.

A fraude à execução, nos termos do art. 185 do CTN, se dá pela alienação ou oneração de bens pelo devedor, após a inscrição da dívida tributária, ou seja, mesmo antes do ajuizamento da execução fiscal:

"Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa. (Redação dada pela LCP nº 118, de 2005)".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. FRAUDE À EXECUÇÃO FISCAL. ALIENAÇÃO DE BENS POSTERIOR À CITAÇÃO DO DEVEDOR. INEFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO REALIZADO APÓS A CITAÇÃO. ART. 185 DO CTN, COM A REDAÇÃO ANTERIOR À LC N. 118/2005. SÚMULA 375/STJ. INAPLICABILIDADE. MATÉRIA SUBMETIDA AO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

1. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.141.990/PR, de Relatoria do Min. Luiz Fux, submetido ao rito dos recursos repetitivos, nos termos do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ, consolidou entendimento segundo o qual não se aplica à execução fiscal a Súmula 375/STJ: "O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente".

2. A caracterização de má-fé do terceiro adquirente, ou mesmo a prova do conluio, não é necessária para caracterização da fraude à execução fiscal. A natureza jurídica do crédito tributário conduz a que a simples alienação de bens pelo sujeito passivo por quantia inscrita em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gere a presunção absoluta de fraude à execução.

3. A alienação havida até 8.6.2005 exige que tenha ocorrido prévia citação no processo judicial para caracterizar a fraude de execução; se o ato translativo foi praticado a partir de 9.6.2005, data de início da vigência da Lei Complementar n. 118/2005, basta a efetivação da inscrição em dívida ativa para a configuração da figura da fraude.

4. Hipótese em que o negócio jurídico ocorreu antes da entrada em vigor da Lei Complementar n. 118/2005, sendo certo que a citação da ora agravada no executivo fiscal se deu em data anterior à transferência do bem. Logo, está caracterizada a fraude à execução. Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 241691 / PE AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2012/0215239-1, de 27/11/2012 - Relator Ministro HUMBERTO MARTINS).

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I do Código de Processo Civil e IMPROCEDENTE pedido, ficando mantida a penhora sobre 50% do imóvel.

Diante da sucumbência, condeno a embargante a arcar com os honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$ 700,00 (setecentos reais).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Prossiga-se com os autos principais.

O artigo 655-B, do Código de Processo Civil estabelece que (...) “a meação do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem” e assim se procederá.

P.R.Int.

São Carlos, 19 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**